

## R

**racionalidade** A racionalidade tem sido encarada de formas mais estritas e exigentes, ou mais abrangentes e permissivas. Como exemplo do primeiro caso, temos as normas da lógica, dedutiva e indutiva, a obediência às quais seria um requisito da racionalidade. No segundo caso, temos concepções menos exigentes da racionalidade, mas mais próximas da realidade, se tivermos em conta o modo como os seres humanos efectivamente agem.

**Racionalidade normativa** Na medida em que uma decisão ou crença sejam racionais devem ser adoptadas, *ceteris paribus*; as decisões e crenças irracionais devem ser evitadas. De acordo com o ponto de vista tradicional, esta obrigação é estrita, isto é, diz apenas respeito àquelas razões para a aceitação de crenças e formulação de decisões que constituem uma boa justificação ou uma garantia da fiabilidade das mesmas. Modelos recentes alargam este ponto de vista levando-o a incluir também outros tipos de considerações de carácter prático, como o princípio de acordo com o qual o agente deve fazer o melhor uso possível dos seus recursos limitados.

No que diz respeito à racionalidade nas ciências dedutivas, como a lógica, as inconsistências (por exemplo, o PARADOXO DE RUSSELL da teoria intuitiva dos conjuntos) constituem o paradigma de irracionalidade e são convencionalmente consideradas males a ser remediados a todo o custo. Todavia, estudos psicológicos recentes sugerem que o raciocínio humano vulgar é em larga e surpreendente medida formalmente incorrecto (Tversky e Kahneman, 1974). Pode fazer-se sentido de tal irracionalidade «local» se esta for encarada como o pro-

duto de uma troca; isto é, seria um sintoma do nosso uso de processos heurísticos «atabalhoados» formalmente incorrectos mas computacionalmente mais eficientes do que processos heurísticos formalmente adequados (Cherniak 1986). As antinomias que se escondem no núcleo do nosso esquema conceptual podem assim ser interpretadas simplesmente como parte do preço a pagar para se poder dispor de um sistema cognitivo que funcione.

No que diz respeito à racionalidade na ciência em geral, uma abordagem clássica é a do método cartesiano da dúvida universal, o qual recomenda a reconstrução de todo o nosso esquema conceptual a partir de uma *tabula rasa*: a gestão racional da cognição tem de começar pela rejeição de tudo (Descartes 1641). Todavia, o ponto de vista simplista e perfeccionista, de acordo com o qual não podem ser racionais aquelas crenças que possam de algum modo imaginável ser postas em causa, tem ultimamente dado lugar a uma perspectiva mais moderada, de acordo com a qual a racionalidade das crenças só é posta em causa se for possível descortinar um conjunto reduzido de contra-possibilidades apropriadas. Este anti-cartesianismo é o ponto de partida do pragmatismo (Peirce 1868) e de facto acompanha o desenvolvimento independente recente de pontos de vista menos perfeccionistas acerca da racionalidade dedutiva, cuja caracterização foi esboçada no parágrafo anterior.

Finalmente, as persistentes linhas cépticas de desafio à racionalidade de toda a estrutura de processos humanos de formação de crenças concluem que nunca poderemos ter qualquer boa razão, por mínima que seja, para aceitar

mesmo os nossos pressupostos mais centrais. As abordagens recentes que «naturalizam» a epistemologia transformando-a num ramo da ciência (Quine 1960) tendem a excluir tais dúvidas gerais por serem insignificantes ou sem sentido; mas se as questões distintamente filosóficas não se deixarem de facto reduzir inteiramente a questões científicas normais, os desafios de tipo céptico à racionalidade podem ter, ao invés, de ficar connosco como uma parte permanente da condição humana. Apesar de podermos não ter outro remédio senão usar o único sistema cognitivo que temos, o nosso próprio sistema total pode fornecer uma base para dúvidas em larga escala acerca da sua própria adequação — esta é uma perspectiva kantiana (Kant 1783).

**Racionalidade constitutiva do agente** Na filosofia da mente surge uma concepção mais fraca de racionalidade. Trata-se da perspectiva de que a racionalidade seria um requisito necessário de coerência para a identidade pessoal: esta consideração encontra-se expressa, em traços largos, na divisa «Se não há racionalidade, não há agente». Tal racionalidade constitutiva do agente tem de ser mais flexível do que a definida pelos padrões normativos, uma vez que os sistemas cognitivos dos agentes não só podem como costumam não exibir uma racionalidade epistemicamente inatacável, sem que se considere que, por esse motivo, tais agentes carecem de mentes.

Não obstante, a perspectiva de acordo com a qual os agentes têm tal racionalidade é mais do que uma hipótese empírica; por exemplo, se um putativo conjunto de crenças for acumulando inconsistências sobre inconsistências, acabará por deixar de contar como um conjunto de crenças e desintegrar-se-á num simples conjunto de frases. O modelo-padrão de racionalidade (Hempel 1965) é uma idealização que requer que o agente disponha de capacidades cognitivas perfeitas para adequar as suas acções aos seus fins, de acordo com as suas crenças. Tal racionalidade ideal tornaria triviais segmentos consideráveis das ciências dedutivas, ao mesmo tempo que exigiria que dispuséssemos de

recursos computacionais ilimitados — o que não constitui de forma alguma um quadro psicologicamente realista. No fim de contas, não somos senão humanos.

Todavia, depois de termos reconhecido que nada poderia ser considerado um agente ou uma pessoa se não satisfizesse quaisquer constrangimentos de racionalidade, podemos parar para pensar se, em virtude disso, teremos realmente de saltar para uma conclusão de acordo com a qual um agente tem de ser idealmente racional. Será a racionalidade um caso de tudo ou nada, ou haverá antes uma qualquer via média cognitiva entre a perfeita unidade cartesiana da mente e a total desintegração caótica da personalidade? Tais concepções moderadas da racionalidade deixam, por um lado, espaço para os supracitados fenómenos de raciocínio humano subóptimo, largamente observados na investigação empírica, e, por outro lado, podem explicá-los como indicadores do nosso uso de processos heurísticos mais eficientes embora imperfeitos. *Ver também* AGÊNCIA. CC

Cherniak, C. 1986. *Minimal Rationality*. Cambridge, MA: MIT Press.

Descartes, R. 1641. *Meditações sobre a Filosofia Primeira*. Trad. G. de Fraga. Coimbra: Livraria Almedina, 1985.

Hempel, C. G. 1965. Aspects of Scientific Explanation. In *Aspects of Scientific Explanation and other Essays*. Nova Iorque: The Free Press.

Kant, I. 1783. *Prolegómenos a toda a Metafísica Futura*. Trad. A. Mourão. Lisboa: Edições 70, 1982.

Peirce, C. S. 1868. Some Consequences of Four Incapacities. In *Collected Papers*, Vol. 5. Cambridge MA: Harvard University Press, 1932.

Quine, W. V. O. 1960. *Word and Object*. Cambridge MA: MIT Press

Tversky, A. e Kahneman, D. 1974. Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases. *Science* 185: 1124–1131.

**ramseyficação** O termo tem a sua origem no nome de F. P. Ramsey, um matemático e filósofo inglês que viveu e leccionou em Cambridge,